

Posição dos EUA divide as opiniões na reunião do BID

JOSÉ MEIRELLES PASSOS

MIAMI — O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) encerrou a sua reunião anual ontem, nesta cidade, com o plenário dividido em duas partes distintas: de um lado ficaram os Estados Unidos, solitariamente, defendendo a mudança dos regulamentos do organismo — uma transformação que daria ao Governo de Washington maior poder no BID; do outro, permaneceram 42 países: todos os latino-americanos, além dos europeus e do Japão, contrários a esta posição. Entre eles sobrou o Canadá que, segundo o Presidente do banco, o mexicano Antonio Ortiz Mena, não deu qualquer opinião a respeito.

Apesar de tamanha diferença — um país contra quarenta e dois — a direção do BID não conseguiu a assinatura de um compromisso formal a respeito. Nessa reunião deveria ter sido decidido o aumento do capital do BID em US\$ 25 bilhões. Os EUA, com 34,5 por cento dos votos, teriam de fornecer a maior parte desse dinheiro. Só que o Secretário do Tesouro, James Baker III, condicionou tal pagamento à aprovação de uma proposta da Casa Branca, segundo a

qual bastariam 35 por cento dos votos para se vetar um empréstimo — manobra que visa a dificultar a liberação de verbas para os maiores devedores da América Latina.

— Não conseguimos chegar à uma decisão aqui e, muito provavelmente não chegaremos a ela rapidamente — disse Ortiz Mena, ao final da reunião anual.

— As discussões deverão ser retomadas daqui duas semanas em Washington, mas pelo jeito vão se arrastar ainda por mais um ano. — disse ele ao “GLOBO”, pouco antes de deixar o Hotel Intercontinental, local do encontro.

Segundo Ortiz Mena, o BID não pode se transformar numa agência financeira à serviço da política da Casa Branca:

— A posição americana é inaceitável, pois significa que bastaria o voto dos Estados Unidos (34,5%) e de mais um país qualquer para se breicar um empréstimo. A nossa posição, quero dizer, a posição de 42 países, é que o veto deve ser feito por 40% dos votos — o que significa que é necessário pelo menos que dez ou onze países votem a favor de tal veto. Isso me parece mais democrático — disse Ortiz Mena, ao GLOBO.